SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 117, DE 2009.

Estima a receita e fixa a despesa do Município para o exercício de 2010.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MOGI GUAÇU:

FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte **LEI**:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Lei estima a Receita e fixa a Despesa do Município para o exercício financeiro de 2010, compreendendo:

I – O Orçamento Fiscal referente aos Poderes do Município, seus fundos especiais, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.

II – O Orçamento da Seguridade Social, abrangendo as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público.

Parágrafo Único – As categorias econômica e de programação correspondem, respectivamente, ao nível superior das classificações econômica (Receitas e Despesas Correntes e de Capital) e programática (Programas).

CAPÍTULO II

DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Seção I

Da Estimativa da Receita

Art. 2º A Receita Orçamentária é estimada na forma dos quadros I, I-A, II, III-A e III-B, que ficam fazendo parte integrante desta Lei, em R\$ 285.000.000,00 (duzentos e oitenta e cinco milhões de reais) e se desdobra em:

I – R\$ 278.910.000,00 (duzentos e setenta e oito milhões, novecentos e dez mil reais) do Orçamento Fiscal; e,

II – R\$ 6.090.000,00 (seis milhões e noventa mil reais) do Orçamento da Seguridade Social.

Art. 3º A receita será arrecadada na forma da legislação em vigor, com a estimativa constante do seguinte desdobramento:

RECEITAS DE CAPITAL

Operações de Crédito	680.000,00	0,00	680.000,00
Amortizações de Empréstimos	<u>92.000,00</u>	<u>0,00</u>	<u>92.000,00</u>
Subtotal	772.000,00	0,00	772.000,00
Total da Administração Direta e Indireta	278.910.000,00	6.090.000,00	285.000.000,00

Seção II

Da Fixação da Despesa

Art. 4º A despesa é fixada na forma dos quadros III, III-A, III-B, IV, V, VII, VIII, A e B, que ficam fazendo parte integrante desta Lei, em R\$ 285.000.000,00 (duzentos e oitenta e cinco milhões de reais) na seguinte conformidade:

I – R\$ 212.994.644,99 (duzentos e doze milhões, novecentos e noventa e quatro mil, seiscentos e quarenta e quatro reais e noventa e nove centavos) do Orçamento Fiscal; e,

II – R\$ 72.005.355,01 (setenta e dois milhões, cinco mil, trezentos e cinquenta e cinco reais e um centavo) do Orçamento da Seguridade Social.

Art. 5º A despesa fixada está assim desdobrada:

I – POR CATEGORIA ECONÔMICA

ESPECIFICAÇÃO	FISCAL	SEGURIDADE SOCIAL	TOTAL
1 – ADMINISTRAÇÃO DIRETA			
Despesas Correntes	118.021.760,75	46.003.355,01	164.025.115,76
Despesas de Capital	51.935.884,24	4.836.000,00	56.771.884,24
Reserva de Contingência	<u>2.038.000,00</u>	<u>0,00</u>	<u>2.038.000,00</u>
Total da Administração Direta	<u>171.995.644,99</u>	<u>50.839.355,01</u>	<u>222.835.000,00</u>
2 – ADMINISTRAÇÃO INDIRETA			
Despesas Correntes	37.169.000,00	20.916.000,00	58.085.000,00
Despesas de Capital	3.730.000,00	250.000,00	3.980.000,00
Reserva de Contingência	<u>100.000,00</u>	<u>0,00</u>	<u>100.000,00</u>
Total da Administração Indireta	<u>40.999.000,00</u>	<u>21.166.000,00</u>	<u>62.165.000,00</u>
3 – ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA			
Despesas Correntes	155.190.760,75	66.919.355,01	222.110.115,76
Despesas de Capital	55.665.884,24	5.086.000,00	60.751.884,24
Reserva de Contingências	<u>2.138.000,00</u>	<u>0,00</u>	<u>2.138.000,00</u>
Total da Administração Direta e Indireta	212.994.644,99	72.005.355,01	285.000.000,00

II – POR ÓRGÃOS DE GOVERNO:

ESPECIFICAÇÃO	FISCAL	SEGURIDADE SOCIAL	TOTAL
1 – ADMINISTRAÇÃO DIRETA			
Câmara Municipal	8.920.000,00	0,00	8.920.000,00
Gabinete do Prefeito	2.743.000,00	120.000,00	2.863.000,00
Secretaria de Administração	1.909.000,00	0,00	1.909.000,00
Secretaria de Comunicação Social	1.897.000,00	0,00	1.897.000,00
Secretaria da Fazenda	1.573.000,00	0,00	1.573.000,00
Secretaria dos Negócios Jurídicos	6.671.000,00	0,00	6.671.000,00
Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano	1.325.000,00	0,00	1.325.000,00
Secretaria de Obras e Viação	47.695.884,24	3.208.000,00	50.903.884,24

Secretaria de Serviços Municipais	10.785.000,00	0,00	10.785.000,00
Secretaria de Agricultura, Abastecimento e Meio Ambiente	5.256.000,00	0,00	5.256.000,00
Secretaria de Educação	58.457.760,75	0,00	58.457.760,75
Secretaria de Esportes e Turismo	2.691.000,00	0,00	2.691.000,00
Secretaria de Saúde	0,00	42.279.440,01	42.279.440,01
Secretaria de Promoção Social	277.000,00	5.231.915,00	5.508.915,00
Secretaria Municipal de Segurança	3.350.000,00	0,00	3.350.000,00
Administração Regional Distrito Martinho Prado Júnior	1.941.000,00	0,00	1.941.000,00
Encargos Gerais do Município	10.420.000,00	0,00	10.420.000,00
Secretaria de Governo	259.000,00	0,00	259.000,00
Ouvidoria Geral do Município	272.000,00	0,00	272.000,00
Secretaria de Cultura	<u>3.515.000,00</u>	<u>0,00</u>	<u>3.515.000,00</u>
Total da Administração Direta	169.957.644,99	50.839.355,01	220.797.000,00
2 – ADMINISTRAÇÃO INDIRETA			
03 – Hospital Municipal de Mogi Guaçu	1.030.000,00	21.166.000,00	22.196.000,00
04 – SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto	24.149.000,00	0,00	24.149.000,00
06 – FEG – Fundação Educacional Guaçuana	<u>15.720.000,00</u>	<u>0,00</u>	<u>15.720.000,00</u>
Total da Administração Indireta	40.899.000,00	21.166.000,00	62.065.000,00
3 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA			
Reserva de Contingência	<u>2.138.000,00</u>	<u>0,00</u>	<u>2.138.000,00</u>
Total do Município	212.994.644,99	72.005.355,01	285.000.000,00

III – POR FUNÇÕES:

ESPECIFICAÇÃO	FISCAL	SEGURIDADE SOCIAL	TOTAL
01 – LEGISLATIVA	8.920.000,00	0,00	8.920.000,00
02 – JUDICIÁRIA	196.000,00	0,00	196.000,00
03 – ESSENCIAL A JUSTIÇA	971.000,00	0,00	971.000,00
04 – ADMINISTRAÇÃO	11.529.000,00	0,00	11.529.000,00
05 – DEFESA NACIONAL	118.000,00	0,00	118.000,00
06 – SEGURANÇA PÚBLICA	4.329.000,00	0,00	4.329.000,00
08 – ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	6.109.915,00	6.109.915,00
10 – SAÚDE	0,00	65.895.440,01	65.895.440,01
11 – TRABALHO	113.000,00	0,00	113.000,00
12 – EDUCAÇÃO	79.605.760,75	0,00	79.605.760,75
13 – CULTURA	5.195.000,00	0,00	5.195.000,00
15 – URBANISMO	39.436.000,00	0,00	39.436.000,00
16 – HABITAÇÃO	627.000,00	0,00	627.000,00
17 – SANEAMENTO	30.448.884,24	0,00	30.448.884,24
18 – GESTÃO AMBIENTAL	3.727.000,00	0,00	3.727.000,00
20 – AGRICULTURA	1.102.000,00	0,00	1.102.000,00
23 – COMÉRCIO E SERVIÇOS	318.000,00	0,00	318.000,00
24 – COMUNICAÇÕES	1.658.000,00	0,00	1.658.000,00
25 – ENERGIA	42.000,00	0,00	42.000,00
26 – TRANSPORTE	4.404.000,00	0,00	4.404.000,00
27 – DESPORTO E LAZER	4.273.000,00	0,00	4.273.000,00
28 – ENCARGOS ESPECIAIS	13.844.000,00	0,00	13.844.000,00
99 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	<u>2.138.000,00</u>	<u>0,00</u>	<u>2.138.000,00</u>
Total do Município	212.994.644,99	72.005.355,01	285.000.000,00

CAPÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 6º Fica o Chefe do Executivo autorizado a abrir créditos suplementares as dotações dos orçamentos contidos nesta Lei:

- I – até o limite de 50% (cinquenta por cento) da despesa total fixada no art. 4º; e
- II – até o limite da dotação consignada como Reserva de Contingência.

Art. 7º No decurso da execução orçamentária fica o Chefe do Executivo autorizado a abrir créditos suplementares:

I – necessários ao cumprimento de vinculações constitucionais, legais e de convênios ou congêneres, até o limite das sobras de exercícios anteriores desses recursos e do seu excesso de arrecadação em 2010;

II – vinculados a operações de crédito, até o limite dos valores contratados, desde que não incluídos na estimativa de receita constante desta Lei;

III – destinados a cobrir insuficiências nas dotações orçamentárias dos grupos de natureza de despesa “Pessoal e Encargos Sociais”, “Juros e Encargos da Dívida” e “Amortização da Dívida”, até o limite da soma dos valores atribuídos a esses grupos;

IV – destinados ao reforço de dotações de ações utilizando a anulação de outras dotações, nos termos do art. 43, § 1º, inciso III, da Lei 4.320/64, até o limite de 2/4 (dois quartos) da receita prevista para o exercício;

V – destinados a cobertura de despesas de entidades da Administração Indireta, até o limite dos respectivos superávits financeiros do exercício anterior, bem como do excesso de arrecadação das suas receitas próprias somado ao excesso de transferências financeiras a elas efetuadas durante o exercício.

Art. 8º Fica o Executivo autorizado a realizar, no curso da execução orçamentária, operações de crédito nas espécies, limites e condições estabelecidas em Resolução do Senado Federal e na legislação federal pertinente, especialmente na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 9º As metas fiscais de receita, despesa, resultados primário e nominal, apurados segundo esta Lei, constantes do Demonstrativo da Compatibilidade da Programação do Orçamento com as Metas de Resultados Fiscais, atualizam as metas fixadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias do exercício de 2010.

Parágrafo Único – O conteúdo do Plano Plurianual e das Diretrizes Orçamentárias considera-se modificado por esta Lei Orçamentária e pelas alterações desta efetivadas mediante créditos adicionais.

Art. 10 As despesas empenhadas e não pagas até o final do exercício de 2010 serão inscritas em restos a pagar e terão validade até 31 de dezembro do ano subsequente, inclusive para efeito de comprovação dos limites constitucionais de aplicação de recursos nas áreas da educação e da saúde.

Art. 11 Esta Lei entra em vigor em 01 de Janeiro de 2010.

Mogi Guaçu,

DR. PAULO EDUARDO DE BARROS
PREFEITO

ANEXO I

**DEMONSTRATIVO DA COMPATIBILIDADE DA PROGRAMAÇÃO DO
ORÇAMENTO COM AS METAS DE RESULTADOS FISCAIS**

(LC nº 101/2000, art. 5º, inciso I)

Valores Expressos em R\$ milhares médios/2010

CONSOLIDADO

Especificação	Valores aprovados na LDO		Valores da Lei Orçamentária	
	Valor Corrente (a)	% PIB (a/PIBx100)	Valor Corrente (b)	% PIB (b/PIBx100)
Receita Total	225.824	0,0207	285.000	0,0261
Receitas Primárias (I)	221.169	0,0202	282.394	0,0259
Despesa Total	225.824	0,0207	285.000	0,0261
Despesas Primárias (II)	216.478	0,0198	278.056	0,0255
Resultado Primário (I - II)	4.691	0,0004	4.338	0,0003
Resultado Nominal	-5.277	-0,0004	-5,277	-0,0004
Dívida Pública Consolidada	62.766	0,0057	62.766	0,0057
Dívida Consolidada Líquida	56.626	0,0051	56.626	0,0051
Receitas Primárias Advindas de PPP (IV)	0	0,0000	0	0,0000
Despesas Primárias Advindas de PPP (V)	0	0,0000	0	0,0000
Impacto do saldo das PPP (VI) = (IV - V)	0	0,0000	0	0,0000

Notas:

Os montantes previstos na lei orçamentária são compatíveis com as metas fiscais estabelecidas na LDO, pelas seguintes razões:

Os montantes da receita e despesa apresentam acréscimos em virtude de reestimativa, em especial nas transferências Governamentais, inclusive Fundeb. Porém os resultados nominal e primário constantes da LDO foram mantidos.